

O USO INDISCRIMINADO DOS CONTRACEPTIVOS DE EMERGÊNCIA POR MULHERES EM IDADE REPRODUTIVA

THE INDISCRIMINATE USE OF EMERGENCY CONTRACEPTIVES BY WOMEN OF REPRODUCTIVE AGE

Alana Fernandez dos Santos¹
Beatriz Lorrany da Silva Torres²
Erika Verena Barreto Barros¹
Erlane Cirino Santos¹
Graziele da Silva Rocha Pita²
Marcelo Costa Santos³

RESUMO

As mulheres em idade reprodutiva usam o contraceptivo de emergência (CE) como principal método para prevenção de gravidez indesejada após relação sexual. O uso desordenado desse fármaco tem se tornado muito comum no Brasil. **Objetivo:** Este artigo busca demonstrar as problemáticas acerca do contraceptivo de emergência (CE), a partir da análise de artigos científicos com mulheres com idades entre 18 e 49 anos em idade reprodutiva. **Metodologia:** Trata-se de uma revisão bibliográfica de cunho qualitativo, no qual utilizou-se recursos publicados em plataformas acadêmicas da literatura nacional priorizando o ano de 2013 a 2023. **Resultados:** As amostras evidenciaram que existe uma lacuna de informação sobre saúde sexual, que mulheres em vulnerabilidade, solteiras e com dois ou mais parceiros são as mais acometidas por efeitos indesejados pelas interações medicamentosas dos contraceptivos. **Conclusão:** A falta de educação sexual sobre o uso correto do CE acarreta o uso indiscriminado do fármaco podendo levar a gestações indesejadas, infertilidade e reações adversas. **Palavras-chave:** Automedicação; Educação em saúde; Pílula do dia seguinte; Riscos.

ABSTRACT

Women of reproductive age use emergency contraception (EC) as the primary method for preventing unwanted pregnancy after sexual intercourse. The disorderly use of this drug has become very common in Brazil. **Objective:** This article aims to highlight the issues surrounding emergency contraception (EC) by analyzing scientific articles involving women aged 18 to 49 in their reproductive years. **Methodology:** It is a qualitative literature review that utilized resources published on academic platforms in the national literature, focusing on the years 2013 to 2023. **Results:** The samples indicated an information gap regarding sexual health, with vulnerable, single, and those with two or more partners being most affected by undesirable effects due to drug interactions with contraceptives. **Conclusion:** Insufficient sexual education regarding the correct use of EC results in its indiscriminate use, potentially leading to unwanted pregnancies, infertility, and adverse reactions.

Keywords: Self-medication; Health Education, Emergency Contraceptives, Risks.

¹ Discente do curso de Enfermagem do Centro Universitário UNIFTC. E-mail: alana.fern.santos@gmail.com*, erika.verena@hotmail.com*, erlanetenfermagem@gmail.com*.

² Discente do curso de Farmácia do Centro Universitário UNIFTC. E-mail: beatrizlrrny@gmail.com*, grazielepita1502@gmail.com*.

³ Docente orientador do Centro Universitário UNIFTC, e-mail: mcsantos@ftc.edu.br*.

1 INTRODUÇÃO

Ao longo dos anos, as mulheres buscam ativamente a possibilidade de exercer escolhas em relação à sua fertilidade. A ideia de controlar a natalidade tem sido discutida mundialmente por um extenso período, e na contemporaneidade, com os avanços científicos, é disposta uma ampla gama de métodos contraceptivos no mercado, dentre eles o contraceptivo de emergência (CE) é um dos mais utilizados. (SILVA et al., 2022).

Esses métodos desempenham um papel crucial ao auxiliar mulheres e casais no processo de regulação da natalidade, incluindo contraceptivos de barreira, como a camisinha masculina e feminina, bem como opções hormonais, tais como pílulas, injeções e dispositivos intrauterinos. Nesse contexto o contraceptivo de emergência (CE) é um método para evitar a gravidez indesejada e deveria ser utilizado como último recurso, contudo nos últimos anos tem crescido consideravelmente a utilização desordenada do fármaco, sem levar em consideração os riscos e agravos à saúde causados pelo excesso dessa medicação.

Na década de 1990, o Brasil testemunhou a introdução do contraceptivo de emergência (CE), popularmente conhecido como "pílula do dia seguinte". Sua comercialização teve início em 1999 e, em um passo significativo, foi incorporado ao Programa de Planejamento Familiar do Sistema Único de Saúde (SUS) em 2000 (Pereira et al., 2021). Este marco representou uma resposta pragmática às crescentes demandas por opções contraceptivas acessíveis, integrando o CE ao âmbito da saúde pública brasileira.

O CE atua de maneira específica, inibindo ou retardando a ovulação e prejudicando a mobilidade do espermatozóide, adaptando-se ao ciclo menstrual da usuária. Com uma janela de até 120 horas para a fertilização, o CE se destaca como uma opção flexível para o controle da fertilidade em situações de emergência, fortalecendo a autonomia reprodutiva feminina (ALANO GM, 2012). Essa evolução na oferta de contraceptivos não apenas reflete a preocupação crescente com a saúde reprodutiva e o planejamento familiar, mas também contribui para uma abordagem mais abrangente e integrada na área da saúde pública brasileira.

Segundo o Ministério da saúde existem algumas situações específicas no qual o uso é indicado, as principais são: deslocamento do diafragma, rompimento do preservativo, esquecimento prolongado do anticonceptivo oral ou atraso do injetável, coito interrompido em que ocorre derrame do sêmen na vagina, cálculo incorreto do período fértil, erro no período de abstinência ou interpretação equivocada da temperatura basal, casos de violência sexual quando a mulher ou a adolescente são privadas de escolha e submetidas à gravidez indesejada, relação

sexual desprotegida sem uso de nenhum método contraceptivo e preservativos (masculino ou feminino) (BRASIL, 2012).

Atualmente, existem cinco tipos de produtos que atuam como CE: o método Yuzpe, a pílula de levonorgestrel, o DIU de cobre, a pílula de acetato de ulipristal e a pílula de mifepristona (BORGES, 2021). Esses métodos oferecem opções diversificadas para mulheres em situações de emergência, permitindo escolhas personalizadas com base nas necessidades individuais.

A principal progesterona utilizada é o levonorgestrel, onde sua ação pode ocorrer pela inibição da ovulação ou atraso da mesma, dificultando a fixação do espermatozoide no útero por meio da alteração da passagem do óvulo ou do espermatozóide pela tuba uterina. O problema é quando o CE é utilizado com certa frequência, podendo ocasionar certos riscos as mulheres que o utilizam com recorrência. Os efeitos secundários (cefaleias, náuseas, vômitos, tonturas, aumento da sensibilidade mamária e dores pélvicas) são raros, ligeiros, transitórios e sem necessidade de terapêutica adicional (PACHECO, 2015).

"O recomendável é que seja usada, no máximo, de três a quatro vezes por ano. Se a mulher toma o anticoncepcional tradicional, por exemplo, não precisa usar a pílula do dia seguinte. Porém, em algumas situações, como a de esquecimento, o medicamento pode ser indicado" (BRASIL, 2019). Essa orientação destaca a importância do uso moderado da pílula do dia seguinte e sua relação com o anticoncepcional regular, com ênfase na necessidade de indicação em casos específicos, como esquecimentos.

Na rede básica através da "Unidade de Saúde da Família" (USF) o município fornece acompanhamento e informação à população, a assistência em anticoncepção pressupõe a oferta de todas as alternativas de métodos anticoncepcionais aprovadas pelo Ministério da Saúde, bem como o conhecimento de suas indicações, contra indicações e implicações de uso, garantindo à mulher, ao homem ou ao casal (BRASIL, 2002).

Mesmo com a oferta, seja pela distribuição pelo SUS ou o fácil acesso em farmácias, é perceptível na sociedade a falta de informação sobre o CE, resultado em consequências como a gravidez indesejada. Com a diminuição da procura por parte da população para o planejamento familiar vem inúmeras dúvidas sobre o método e uso correto, levando a usuária fazer uso do CE inúmeras vezes em um curto espaço de tempo não respeitando o intervalo exigido entre uma dose e outra, podendo acarretar riscos à saúde.

O acesso à informação de boa qualidade e a disponibilidade de alternativas contraceptivas são aspectos fundamentais nos programas de planejamento familiar à população

em geral. O conhecimento inadequado sobre qualquer método anticoncepcional pode ser um fator de resistência à aceitabilidade e uso do método (DOMBROWSKI, 2013).

A principal progesterona utilizada é o levonorgestrel, onde sua ação pode ocorrer pela inibição da ovulação ou atraso da mesma, dificultando a fixação do espermatozoide no útero por meio da alteração da passagem do óvulo ou do espermatozóide pela tuba uterina. O problema é quando o CE é utilizado com certa frequência, podendo ocasionar certos riscos as mulheres que o utilizam com recorrência. Os efeitos secundários (cefaleias, náuseas, vômitos, tonturas, aumento da sensibilidade mamária e dores pélvicas) são raros, ligeiros, transitórios e sem necessidade de terapêutica adicional (PACHECO, 2015).

A oferta de métodos contraceptivos na rede pública de serviços de saúde não contempla a demanda existente, havendo um grande número de pessoas que se dirigem diretamente às farmácias comerciais privadas para adquirir a pílula anticoncepcional de uso diário ou o contraceptivo de emergência, sem necessariamente receber orientação prévia (Cabral, 2011; Paiva; Brandão, 2012).

Com a facilidade para se adquirir o CE acaba-se esquecendo de outra problemática que são as doenças sexualmente transmissíveis. “O que se teme, principalmente, é que ocorra o uso abusivo e indiscriminado do método. Com isso, cogita-se que poderia ocorrer o abandono da camisinha ou a redução expressiva de seu uso, aumentando perigosamente a exposição para as IST/HIV” (MS, 2011).

O estudo do uso frequente do contraceptivo de emergência é motivado por diversas razões, incluindo a compreensão dos impactos físicos e psicológicos, a identificação de padrões de comportamento, a promoção de uma educação sexual eficaz e a avaliação da eficácia desse contraceptivo como método de controle de natalidade. A pesquisa busca informar profissionais de saúde e orientar políticas públicas para promover a saúde reprodutiva e prevenir gravidezes indesejadas.

Esta pesquisa destaca a importância da abordagem multiprofissional na saúde reprodutiva, enfatizando o papel central do farmacêutico na distribuição de contraceptivos e do enfermeiro no fornecimento de conhecimento clínico. A colaboração entre esses profissionais visa garantir que as usuárias se sintam bem informadas e confortáveis ao decidirem sobre o uso do contraceptivo de emergência, fortalecendo a qualidade do atendimento de maneira abrangente.

Neste estudo, buscamos destacar as complexidades decorrentes da falta de conhecimento entre as usuárias sobre os efeitos do uso indiscriminado e as reações adversas

associadas à escassez de compreensão da educação sexual. O foco é em mulheres em idade reprodutiva que procuram evitar gravidezes indesejadas. O artigo visa evidenciar as problemáticas relacionadas ao contraceptivo de emergência (CE), através da análise criteriosa de artigos científicos que incluem mulheres com idades entre 18 e 49 anos, entre os anos 2013 a 2023.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

O presente estudo realizou uma revisão de literatura narrativa de cunho qualitativo acerca do tema do uso indiscriminado de CE, utilizando os recursos de artigos publicados em plataformas acadêmicas da literatura nacional, conduzido com uma amostra probabilística de mulheres com idades entre 18 e 49 anos que utilizaram os serviços de fácil acesso a população como UBS e farmácias comerciais.

Os descritores utilizados foram a automedicação, educação em saúde, contraceptivos de emergência e uso racional. As plataformas utilizadas para busca de artigos científicos foram: revistas científicas, SciELO e LILACS, onde foram encontrados 20 artigos voltados ao tema em língua portuguesa.

Foi utilizado alguns critérios de inclusão onde por meio de publicações realizadas nos últimos 10 anos, do gênero de estudo de caso e que contribuíssem com dados para embasamento da pesquisa, dos critérios de exclusão foram colocados filtros nas plataformas para a seleção dos artigos, sendo eles coleções: Brasil, Periódico: Todos, Idioma: português, anos de publicação a partir de 2013, Áreas temáticas: Todos, a partir dos artigos encontrados foram analisados cada tema buscando encontrar afinidade com a proposta.

A leitura dos resumos, excluindo as pesquisas que não tivessem resultados quantitativos para utilizar como embasamento, revisões de literatura, pesquisas que apenas relataram os tipos de métodos contraceptivos sem contextualizar sobre as consequências na sociedade, que não abordou a educação, o acesso e os efeitos na população usuária. A partir dos resultados foram selecionados 05 artigos para essa revisão levando em consideração a possível relação visando estudo.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Trata-se de uma revisão bibliográfica de cunho qualitativo, no qual utilizou-se recursos publicados em plataformas acadêmicas da literatura nacional priorizando o ano de 2013 a 2023, em seguida, foram classificados no Quadro 1 conforme o tipo de metodologia de estudo quantitativo do tipo transversal com uma abordagem voltada ao tema de anticoncepção de emergência e o impacto na parcela da população usuária analisadas, padrões de uso, objetivos e os principais resultados encontrados em ordem cronológica.

Sobre a CE foi identificado alguns riscos para quem faz uso de forma indiscriminada por tempo prolongado, podendo levar a problemas de saúde, redução da eficácia, gravidez indesejada, infertilidade ou até mesmo aparecimento de cânceres. A partir dos registros encontrados foi possível selecionar 05 pesquisas de 2016, 2017, 2019 e 2021. Quanto à localidade existe a predominância na região sudeste, sendo dois realizados em São Paulo (SP), dois no Rio de Janeiro (RJ) e um no Rio Grande do Sul (SC).

Quadro 1 - Compilação de artigos relacionados sobre o tema contraceptivos de emergência e suas complicações.

Título	Objetivo	Metodologia	Resultados
"Bomba hormonal": os riscos da contracepção de emergência na perspectiva dos balconistas de farmácias no Rio de Janeiro, Brasil. (2016).	A pesquisa objetivou conhecer a perspectiva dos balconistas de farmácias sobre a contracepção de emergência na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, Brasil.	A pesquisa desenvolvida em 2012-2014, buscou conhecer as perspectivas de profissionais que trabalham em farmácias sobre a contracepção de emergência.	Os balconistas entrevistados apresentam sérias preocupações em relação aos efeitos da contracepção de emergência no organismo feminino e quanto à forma como percebem que este medicamento está sendo consumido.

Título	Objetivo	Metodologia	Resultados
Conhecimento de acadêmicas de enfermagem sobre o uso da contracepção de emergência. (2017)	O objetivo deste estudo é identificar o conhecimento e a utilização da anticoncepção de emergência entre as acadêmicas de enfermagem.	Trata-se de um estudo descritivo do tipo exploratório, com abordagem quantitativa, durante o período de 2010 a 2015.	É notória a importância da CE para a vida, seu uso diante de uma possível gravidez indesejada, eliminam medidas drásticas que as pessoas costumam tomar, como é no caso do aborto, que além da problemática ética e social em torno deste, ainda coloca em risco a saúde da mulher.
Uso da anticoncepção de emergência entre mulheres usuárias de Unidades Básicas de Saúde em três capitais brasileiras.	Este estudo analisou o uso da anticoncepção de emergência e os aspectos associados, bem como o uso de métodos contraceptivos antes e após.	Estudo quantitativo do tipo transversal que integrou uma investigação intitulada “Padrões e determinantes das discontinuidades contraceptivas e o papel da anticoncepção de emergência” nos últimos cinco anos da mulher.	Conclui-se que a anticoncepção de emergência é amplamente utilizada e parece não contribuir para a interrupção do método contraceptivo de uso regular.

Título	Objetivo	Metodologia	Resultados
Dinâmica contraceptiva antes e após o uso da anticoncepção de emergência: s contraceptivas e bridging.	Os objetivos do estudo foram estimar a ocorrência de bridging, ou seja, o quanto as mulheres que não usavam métodos contraceptivos, começaram a utilizá-los no mês subsequente.	Trata-se de estudo quantitativo do tipo transversal com recordatório dos últimos cinco anos, parte de uma pesquisa mais ampla que investigou os padrões e determinantes das descontinuidades contraceptivas. (2015-2017)	Mostram que há padrões contraceptivos distintos antes e após o uso da AE, além dos aspectos associados à descontinuidade antes da AE e o processo de transição, que podem ser utilizados como guia para aprimorar as ações de planejamento reprodutivo nos serviços de atenção básica da saúde.
Anticoncepção de emergência em universitárias: prevalência de uso e falhas no conhecimento. (2021)	Investigar a prevalência de uso e o conhecimento sobre anticoncepção de emergência (AE) de mulheres universitárias de duas instituições de ensino superior.	Estudo transversal com 1.740 graduandas na cidade de Santa Maria (RS), no período de maio a outubro de 2017. As informações foram coletadas por meio de questionário semiestruturado e autoaplicável de 24 questões.	Constatou-se alta prevalência de uso da AE entre mulheres universitárias, no entanto, ainda existem diversas lacunas no conhecimento sobre o método, o que demonstra a importância de se discutir esse assunto mais precocemente e planejar ações de caráter informativo.

A tendência à automedicação pode levar a complicações futuras na saúde das mulheres, de acordo com as pesquisas realizadas seguem os resultados encontrados:

Segundo Brandão et al. (2016) um estudo feito com balconistas entrevistados na região do Rio de Janeiro foi notado durante as entrevistas a tendência do uso exacerbado do CE em automedicação, muitas vezes os balconistas deixavam para transferir essa responsabilidade para os médicos ginecologistas, sendo que eles não achavam adequado essa discussão no balcão, ao invés de colocar como parte da atenção multidisciplinar onde o farmacêutico se coloca à disposição de repassar essa educação em saúde.

No estudo realizado por Silva et al. (2017), uma pesquisa feita com 133 acadêmicas, com idade média de 24,9 anos, sendo maioria delas solteiras, 74,3% apresentando vida sexual ativa, destas 69,7% referiram ter feito uso da pílula, sendo mais frequente quanto menor a idade, levando em conta o principal motivo, foi o não uso de outro método durante a relação sexual, 100% das acadêmicas adquiriram a pílula nas farmácias, por conta própria sem orientação e/ou prescrição médica, apenas 36,2% obtiveram informações por profissionais da saúde.

De acordo com a pesquisa de Borges et al. (2019) foi analisado o Levonorgestrel, sendo ele a única opção de contraceptivo de emergência CE disponível no Brasil, com usuárias de Unidade Básica de Saúde (UBS), onde a maior proporção de uso depende primordialmente da disciplina da usuária como a pílula oral e o preservativo, que, por sua vez, estão associados a maiores taxas de descontinuidades contraceptivas, acarretando uso mais frequente da CE, além disso, constatou-se que mulheres com dois ou mais parceiros sexuais eram as que mais usavam a CE, possivelmente porque a mudança de parcerias influencia a prática contraceptiva, provocando maior troca de métodos.

Segundo Chofakian et al. (2021), gestações não intencionais ocorrem por inúmeras razões, como dificuldades no acesso aos métodos anticoncepcionais (MAC), o uso de forma inconsistente e/ou incorreta, dificuldades na negociação do uso com parceiros, dentre outras. O medo da gestação acaba levando as mulheres a várias situações de vulnerabilidade, principalmente quando seus parceiros são contrários ou não participam do cuidado na hora de optar pelo melhor método para o casal.

Da amostra participaram 2.051 usuárias com idades entre 18 e 49 anos e utilizaram os serviços das unidades básicas de saúde (UBS), dos resultados encontrados destaca-se que 44,4% das mulheres utilizaram a CE enquanto usavam outro métodos anticoncepcionais e observou que 33,4% a utilizaram por insegurança quanto ao método adotado, ou seja, sem o conhecimento adequado com o medo da falha do medicamento as mulheres se submetem a

associações e interações medicamentosas podendo até mesmo inviabilizar o efeito e desordenadas reações hormonais.

Buscando outra perspectiva sobre a falta de conhecimento da população o estudo realizado por Barbian et al. (2021) com o público universitário evidencia o nível de conhecimento sobre métodos contraceptivos avaliando uma unidade de ensino superior testando o nível de conhecimento das acadêmicas sobre o assunto e uso do contraceptivo de emergência, as mulheres universitárias que passaram pela pesquisa relataram o uso do contraceptivo e também diversas lacunas sobre o tema. A prevalência de uso da CE entre as graduandas foi de 52,9%. Contudo, apenas 11,9% das entrevistadas receberam orientação sobre a CE, principalmente no que se refere ao modo de uso.

Após a análise dos artigos percebe-se que apesar da disponibilidade dos métodos na rede básica de saúde, onde é oferecida à população a consulta de enfermagem para planejamento familiar e controle da natalidade, é difícil mensurar a adesão aos métodos e evitar o uso incorreto como também estimular o uso do contraceptivo regular.

As amostras também evidenciaram que existe uma lacuna de informação sobre saúde sexual e reprodutiva, e que mulheres em vulnerabilidade social são as mais acometidas por efeitos indesejados das interações medicamentosas pelos contraceptivos usados indiscriminadamente, uma vez que existe pouca informação e divulgação nas comunidades acerca do assunto, levando a grande maioria das mulheres a busca direta nas farmácias sem prescrição médica como preconiza a legislação.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base na revisão da literatura realizada sobre o uso indiscriminado do contraceptivo de emergência, foram identificados problemas significativos de saúde pública nacionalmente, afetando milhares de mulheres com vida sexual ativa em estágio de reprodução. Os estudos revisados nesta pesquisa mostram a lacuna existente no ensino sobre saúde sexual e reprodutiva no Brasil, a falta de conhecimento gera o uso exacerbado de CE sem consciência dos seus efeitos ao organismo, podendo até mesmo levar a gestações indesejadas, infertilidade, reações adversas e entre outros.

Os estudos também enfatizam a importância das unidades básicas como a Unidade de Saúde da Família (USF) na promoção de ações em saúde como campanhas e rodas de conversa sobre a importância do autocuidado, procurando envolver todos os profissionais que participam

deste processo como médicos, farmacêuticos e enfermeiros. Desse modo, incentivando a implementação de políticas públicas que disseminem informações e conscientize a população, gerando mais qualidade de vida para as suas usuárias.

REFERÊNCIAS

ALANO, G.M, Costa LN, Miranda LR, Galato D. **Conhecimento, consumo e acesso à contracepção de emergência entre mulheres universitárias no sul do Estado de Santa Catarina.** Cien. Saude Colet. 2012; 17(9). Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232012000900020>.

BARBIAN J, Kubo CY, Balaguer CS, Klockner J, da Costa LMV, Ries EF, et al. **Anticoncepção de emergência em universitárias: prevalência de uso e falhas no conhecimento.** Rev Saúde Pública. 2021;55:74. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/s1518-8787.2021055003076>.

BORGES, A. L. V., et al. **“Uso da anticoncepção de emergência entre mulheres usuárias de Unidades Básicas de Saúde em três capitais brasileiras.”** 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232021269.2.32772019>.

BRANDÃO, E.R, CABRAL, C.S, VENTURA, M, PAIVA, S.P, et al. **“Bomba hormonal”: os riscos da contracepção de emergência na perspectiva dos balconistas de farmácias no Rio de Janeiro, Brasil.** 2016. Instituto de Estudos em Saúde Coletiva, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/nKBLGtzygPhMQkbZSV7Gcxy/?format=pdf>.

BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. **Área Técnica de Saúde da Mulher. Assistência em Planejamento Familiar: Manual Técnico/Secretaria de Políticas de Saúde, Área Técnica de Saúde da Mulher** – 4a edição – Brasília: Ministério da Saúde, 2002. Disponível em: <https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/0102assistencia1.pdf>.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Protocolo para utilização de levonorgestrel.** Brasília: Ministério da Saúde 2012. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/protocolo_para_utilizacao_levonorgestrel.pdf.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Estado da Saúde. **O uso incorreto da Pílula do Dia Seguinte pode causar danos à saúde da mulher.** Sergipe: Ministério da Saúde 2019. Disponível em: <https://saude.se.gov.br/o-uso-incorreto-da-pilula-do-dia-seguinte-pode-causar-danos-a-saude-da-mulher/#:~:text=O%20recomend%C3%A1vel%20%C3%A9%20que%20seja,o%20medicamento%20pode%20ser%20indicado>.

BRASIL. Ministério da saúde, 2011. **Anticoncepção de emergência, perguntas e respostas para profissionais de saúde**, pp. 14. Brasília-DF. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/anticoncepcao_emergencia_perguntas_respostas_2ed.pdf

BRASIL, Ministério da Saúde. **Protocolo para Utilização do Levonorgestrel na Anticoncepção Hormonal de Emergência**, 2011. Disponível em.: https://www.as.saude.ms.gov.br/wp-content/uploads/2016/05/protocolo_utilizacao_Levonorgestrel_anticoncepcao_hormonal_emergencia.pdf.

BRITO, M. B. NOBRE, F. VIEIRA, C. S. **Contracepção hormonal e sistema cardiovascular**, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0066-782X2011005000022>

CABRAL, C. S. **Práticas contraceptivas e gestão da heterossexualidade: agência individual, contextos relacionais e gênero**. 2011. Tese (Doutorado em Medicina Social)– Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: https://www.bdt.d.uerj.br:8443/bitstream/1/4559/1/CRISTIANE%20CABRAL_TESE_pre%20textuais_intro_ref.pdf.

CHOFAKIAN, Christiane Borges *et al.* **Dinâmica contraceptiva antes e após o uso da anticoncepção de emergência: descontinuidades contraceptivas e bridging**. Scielo: Escola de Artes Ciências e Humanidades Universidade de São Paulo; Faculdade de Medicina Universidade de São Paulo; Universidade Federal de Mato Grosso; Escola de Enfermagem Universidade de São Paulo, 10 dez. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00055221>.

DOMBROWSKI, Jamile. PONTES, Jessika. ASSIS, Walédya. **Atuação do enfermeiro na prescrição de contraceptivos hormonais na rede de atenção primária em saúde**. REBEn.2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0034-71672013000600003>.

MARIA, Dias Tânia. **A vida social das pílulas anticoncepcionais no Brasil**. Rio de Janeiro, FIOCRUZ, 2019. Disponível em: https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/handle/icict/44519/tania_dias_iff_dout_2019.pdf?sequence=2&isAllowed=y.

SILVA², B. C. S. Silva, R. A., Ramos, E. M. F. C. Paixão, E. F. S. & Ronconi, F. S. (2020). **Atuação do enfermeiro frente às orientações quanto ao uso da anticoncepção de emergência**. Revista Científica da Faculdade de Educação e Meio Ambiente, 10, 21–25. Disponível em: <https://revista.faema.edu.br/index.php/Revista-FAEMA/article/view/1115>.

SILVA, L. BESERRA, A. SANTOS, S. et al. **Conhecimento de acadêmicas de enfermagem sobre o uso da contracepção de emergência**. Volume 17, Número 2 ISSN 2447-2131 João Pessoa, 2017. Disponível em: <https://temasemsaude.com/wp-content/uploads/2017/08/17205.pdf>.

SILVEIRA, E.F, SANTOS, R.L.S, MORAIS, Y.J. **“O uso incorreto do anticoncepcional de emergência (AE), e a contribuição da orientação farmacêutica”**, Research, Society and Development; 2022. Disponível em: [file:///C:/Users/a.fernandez/Downloads/36070-Article-401965-1-10-20221030%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/a.fernandez/Downloads/36070-Article-401965-1-10-20221030%20(1).pdf).